

STREET, B. V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240p.

Resenhado por Viviane Vomeiro Luiz Sobrinho
Universidade Estadual Paulista

Pelo menos desde a década de 1980, o termo *literacy* – traduzido como “letramento” e/ou “alfabetização” em língua portuguesa – tem sido adotado com frequência em diferentes campos de investigação, como os da Linguística, Linguística Aplicada, Educação, Antropologia, entre outros, visando a definir usos sociais de leitura e escrita que vão além da chamada “aquisição” da linguagem. Desse modo, “letramento” e “alfabetização”, apesar de poderem ser tomados como correlacionados e/ou complementares, referem-se a processos distintos (cf. SOARES, 2004). Dentre os estudiosos que têm trabalhado com o fenômeno do letramento, o professor emérito da *King’s College London*, Brian Vincent Street, se destaca por reflexões de notória importância, várias delas abordadas no livro de que esta resenha trata (STREET, 2014).

No Brasil, pesquisadores em Ciências da Linguagem recorrem a trabalhos de Street na investigação de práticas sociais de leitura e escrita distintas das de um mero processo de (de)codificação da língua. É o caso, por exemplo, de Kleiman (1995) que, com base em Street (1984), discute a relação entre a assunção de determinado modelo crítico subjacente a práticas letradas escolares e o sucesso (ou o fracasso) na construção de contextos de transformação dos alunos em sujeitos letrados. Corrêa, por sua vez, em sua tese de doutoramento defendida em 1997 e publicada em 2004, se aproxima de Street (1984) para questionar, de uma perspectiva linguístico-discursiva, uma suposta oposição entre fala e escrita, observando, com o autor inglês, efeitos de uma visão culturalista na manutenção de uma concepção de homogeneidade da língua. A relevância dos trabalhos de Street ainda pode ser verificada em pesquisas por ele produzidas sobre letramentos acadêmicos (LEA; STREET,

1998; 2006) e dimensões “escondidas” dos letramentos acadêmicos (STREET, 2010), com repercussão para o que tem sido discutido sobre produção escrita de pré-universitários (cf. CORRÊA, 2011; 2013) e de universitários no País (cf. FIAD, 2011; FISCHER; PELANDRÉ, 2010; KOMESU; GAMBARATO, 2013).

Reflexões então apresentadas em língua inglesa no ano de 1995 no livro “*Social literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education*” (STREET, 1995), finalmente chegam ao público de língua portuguesa na tradução do linguista brasileiro Marcos Bagno, professor da Universidade de Brasília (UnB), conhecido por pesquisas em Sociolinguística. Em “*Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*”, publicado pela Editora Parábola (São Paulo, 2014), Street expõe os principais desdobramentos de seus estudos realizados nas décadas de 1980 e 1990, com retomada de importantes aspectos do trabalho de 1984, a exemplo da crítica a modelo autônomo e da defesa de modelo ideológico de letramento. Organizada em cinco seções – a última, inédita e exclusiva da edição brasileira –, esta obra de Street busca desmistificar o letramento como fator responsável por racionalidade, lógica e abstração. A proposta é associar usos sociais de leitura e escrita ao contexto sócio-histórico-cultural de determinada sociedade. Ao longo do texto, são apresentados casos de práticas letradas características de sociedades de séculos passados e da contemporaneidade, os quais visam elucidar essa proposta – há ênfase, na atualidade, no estudo de grupos de escolares e de famílias estadunidenses.

Os pressupostos teórico-metodológicos assumidos estão mais detalhados nas duas primeiras seções da obra, (1) e (2), nas quais Street expõe estudos de caso e os conceitos de letramento e de etnografia. Nas seções seguintes – (3) e (4) –, são apresentados diferentes modelos de letramentos (letramento escolar, novos estudos de letramento, teoria da grande divisa, noção de “contínuo” entre práticas orais/letradas, modelo ideológico) e suas implicações em contextos escolar, familiar e

social (tomado como mais amplo). Street busca criticar supostas diferenças entre oralidade e letramento e expor premissas alternativas para evitar uma dicotomia. Na última seção, recorrendo a trabalhos e relatórios recentes, vários deles datados de 2013, Street aborda políticas no campo do letramento concebidas por agências internacionais, nem sempre atentas, na crítica do autor, à complexidade resultante da relação entre diferentes contextos sociais. Cada uma dessas cinco seções da obra é precedida por breve introdução e é formada de dois capítulos (com exceção da última seção composta de apenas um).

A seção (1), “Letramento, política e mudança social”, é composta dos capítulos intitulados “Trazer os letramentos para a agenda política” (capítulo 1) e “Letramento e mudança social: a importância do contexto social no desenvolvimento de programas de letramento” (capítulo 2). No capítulo (1), Street discute que, apesar de 1990 ter sido designado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como ano internacional da alfabetização, com o objetivo explícito de debater o problema do analfabetismo, na prática houve poucas mudanças na compreensão dos usos sociais da escrita, ou seja, do letramento.¹ Concordamos com o autor que ainda persiste em políticas a ideia de que o acesso à escrita formal possibilitaria o desenvolvimento de capacidades cognitivas, abstratas, lógicas dos indivíduos (e) da sociedade. Street questiona a crença de que a alfabetização e o letramento promoveriam automaticamente tanto oportunidades de emprego individual quanto o desenvolvimento social: “[...] Embora alguns indivíduos achem que frequentar programas de alfabetização os leva a empregos que não conseguiriam de outro modo, o número de empregos num país não cresce necessariamente com as taxas de alfabetização” (STREET, 2014, p.34). Os índices de analfabetismo são questão política que movimenta recursos financeiros para programas de

¹ A tradução de *literacy* dependerá do contexto a que estiver relacionado – se à aquisição da escrita (alfabetização) ou a usos sociais da escrita (letramento).

alfabetização/letramento, uma vez que, supostamente, o acesso à escrita proporcionaria “mobilidade social, igualdade econômica e política e participação na ordem social” (STREET, 2014, p.38). Ao rejeitar concepção corrente de que pessoas alfabetizadas apresentam capacidades diferentes das não alfabetizadas, Street defende que essas últimas podem ser igualmente críticas e autoconscientes.

No capítulo (2) dessa primeira seção, Street busca discutir as consequências reais do letramento para grupos e sociedades. Segundo o autor, na década de 1990 prevaleceu “em certos círculos ocidentais e acadêmicos” (STREET, 2014, p.44) a ênfase em questões técnicas ligadas ao letramento como decodificação de sinais escritos e (problemas de) ortografia.² A aquisição e os usos da escrita tomada como processo autônomo trariam como consequência mobilidade social, emprego e vida “mais plena”. Entretanto, ao assumir uma perspectiva etnográfica, Street se distancia desse modelo autônomo para apreender a escrita na condição de práticas sociais plurais, ideológicas e culturais, revestidas de caráter local e específico. Assim, na visão do autor, campanhas de alfabetização e de letramento apresentam caráter de dominação, de colonialismo, na medida em que outras nações ou culturas tentam “doutrinar” determinado povo ou membros de uma mesma sociedade por meio de valor atribuído à escrita “em si”.

A seção (2), “A etnografia do letramento”, é composta dos capítulos (3), “Os usos do letramento e da antropologia no Irã”, e (4), “Oralidade e letramento como construtos ideológicos: alguns problemas em estudos transculturais”. No capítulo (3), Street discorre sobre o trabalho de campo que desenvolveu no Irã nos anos de 1970. Busca aplicar princípios de Hoggart (1957 *apud* STREET, 2014)³ que, por sua vez, analisa efeitos do letramento de massa na Inglaterra. Segundo Street, antes do sistema de educação formal implantado no Irã,

² Pode-se dizer que, no cenário descrito, a ênfase estava na alfabetização em detrimento de práticas sociais letradas.

³ HOGGART, R. *The Uses of Literacy*. Londres: Penguin, 1957 *apud* STREET, 2014.

o acesso à escrita se dava por ensinamento do Alcorão aos aldeões. Com a implantação de sistema formal, muitas das lições trazidas em livros didáticos adotados pelo estado passaram a desprestigiar tradições orais do povo ao representar os não letrados como apegados ao mito, às lendas e a um suposto “atraso” próprio do homem primitivo que saberia “apenas” falar. O letramento escolar, por sua vez, faria com que o indivíduo tivesse superioridade de conhecimento histórico e científico. Street explica que práticas letradas escolares estavam dissociadas da vida diária dos iranianos: enquanto o contato com a produção escrita escolar se dava por meios de livros didáticos, em casa o contato com a escrita ocorria sobretudo (muitas vezes, apenas) por meio da leitura do Alcorão. Street avalia que a educação formal no contexto do Irã não levava o estudante a desenvolver visão crítica, mas, sim, reprodutivista – ao invés de desenvolver pensamento crítico havia estímulo a “consumo acrítico”, já que tipos de sensibilidade e ceticismo característicos da tradição oral estariam enfraquecidos por esse processo (STREET, 2014, p.81). Esse capítulo reforça, pois, questionamentos de Street sobre o mito de que o letramento traria a uma sociedade progresso, desenvolvimento intelectual e cognitivo. O que parece existir é aculturação moldada por ideal de ocidentalização.

No capítulo (4) da segunda seção, Street apresenta relato de missionários ocidentais que ilustram como práticas letradas disseminadas na colonização europeia estavam envolvidas na mistificação, no estabelecimento de hierarquia e de poder político e numa difusão restrita da escrita. A ideologia propagada por meio dessas práticas era a do colonizador, com consequências para o controle político dos povos. Difundido como equivalente de riqueza e poder, o letramento era utilizada para conversão e controle social e se prestava à manutenção da servidão dos colonizados. Ler era sinônimo de familiarização com o pensamento cristão e o ensino de práticas letradas era revestido de objetivos disciplinares.

A terceira seção, “O letramento na educação”, contém os capítulos (5), “A escolarização do letramento”, e (6),

“Implicações dos novos estudos do letramento para a pedagogia”. No capítulo (5), em coautoria com Joanna Street, os autores pontuam que, apesar de os letramentos serem múltiplos e plurais, apenas o escolar é valorizado. Haveria, pois, “pedagogização” do letramento o qual não se restringe, porém, à escola: outros setores da sociedade também compartilham dessa visão autônoma. Enquanto na escola haveria rotulação de espaços e procedimentos para o uso da língua – ações que a “objetificam” –, pais e professores reafirmariam relações de hierarquia, autoridade e controle que atravessam de maneira ampla os usos da língua. Dito de outro modo, a materialização de práticas letradas vai muito além do âmbito da instituição escolar. Para os autores desse capítulo, concepções de nacionalismo, nação e identidade nacional também podem ser evocadas no debate sobre ensino de práticas letradas. Ao prosseguir com a discussão sobre ideias e métodos acerca do letramento no contexto escolar, no capítulo (6), Street recorre aos Novos Estudos de Letramento, levantando pontos relevantes e dificuldades conceituais que seriam provenientes de diferentes filosofias educacionais, a exemplo do método global, dos multiletramentos, da proposta de Paulo Freire, da abordagem por gêneros, dentre outros. No que tange à proposta Paulo Freire, por exemplo, o autor critica a abordagem quase que exclusivamente silábica, que não se preocuparia com o desenvolvimento de hábitos de leitura e com o processo de produção escrita dos estudantes.

Adiante, os capítulos (7) e (8) – “Um olhar crítico sobre Walter Ong e a ‘grande divisão’” e “Práticas letradas e mitos de letramento” – compõem a quarta e penúltima seção do livro, “Para um quadro teórico crítico”. Em (7), Street trata da “grande divisão” – da qual Ong é um dos expoentes –, perspectiva teórica que distingue de maneira radical aspectos do oral e do letrado. De acordo com Street, essa perspectiva ainda é difundida em estudos contemporâneos, em programas de escolarização e agências de desenvolvimento. Para defensores, sociedades orais seriam “verbomotoras”, dotadas de mentalidade pré-lógica e pensamento concreto, seriam fundadas

em mitos, em oposição a culturas letradas que seriam caracterizadas por presença de “alta tecnologia”, lógica, pensamento abstrato, história, ciência. Opondo-se a essa “grande divisão”, Street defende que abstração e pensamento crítico, dentre outras características, também estão presentes em práticas não letradas e esse reconhecimento é de fundamental importância para que se possa ultrapassar os efeitos de uma proposta que separa quem lê/escreve de quem não o faz e sabe pensar, agir, produzir conhecimentos de outros modos. Além disso, segundo Street, na contemporaneidade a maior parte dos povos tem contato direto e/ou indireto com a escrita, sendo difícil encontrar comunidades estritamente orais.

No capítulo (8), Street examina a postura teórica de trabalhos que adotam a noção de “contínuo” entre práticas orais/letradas, os quais buscam uma correlação mais estreita entre escrita e “contexto”. Apesar de buscarem se distinguir da vertente anterior, o autor alerta que, em algumas pesquisas, os pressupostos teóricos de “contínuo” pouco se diferem do clássico conceito de “grande divisão”. Na busca por explorar o conceito de “contexto” e sua importância para os estudos de letramento, o autor explora o modelo ideológico e questiona a polarização entre oralidade e letramento. Ao assumir que práticas sociais de letramento são culturais e envolvem estruturas de poder, o modelo ideológico busca promover uma síntese entre as vertentes tecnicista e social de apreensão da escrita; assim, “o modelo ideológico subsume, mais do que exclui, o trabalho empreendido dentro do modelo autônomo” (STREET, 2014, p.172).

A última seção, “Relações entre políticas, teoria e pesquisa de campo do letramento”, é constituída pelo capítulo (9) de título homônimo, em que Street propõe concepção de letramento que entrelaça política, teoria e pesquisa. Nessa seção/capítulo, são expostos indícios de uma “governança global” que emerge em meio a agências internacionais de cooperação. Para Street, essas agências são responsáveis pela produção de estudos e relatórios sobre letramentos e pela legitimação de políticas educacionais, as quais podem ser

contestadas de um ponto de vista etnográfico. Na avaliação de Street, essas políticas e esses programas ignoram, na maior parte das vezes, abordagens qualitativas de práticas sociais, difundidas em estudos acadêmicos. Haveria, ainda, conforme o autor, falta de rigor na relação estabelecida entre teoria e critérios estatísticos adotados por essas agências. Ao dialogar com trabalhos na área da aprendizagem, incluídos os de brasileiros, o autor corrobora concepção de letramento como prática social não restrita à escola, portanto, não restrita à educação formal. Em vez de priorizar impactos dos letramentos na sociedade, Street sugere que as pesquisas poderiam privilegiar estudo dos modos por meio dos quais comunidades se apropriam de letramentos como práticas plurais, localmente situadas.

Duas questões atravessam a proposta de Street em *Letramentos sociais*: a de um modelo autônomo de letramento, por ele criticado, e a de um modelo ideológico de letramento, assumido. No primeiro, escrita é tomada como “objeto” autônomo, capaz de promover transformações “por si próprias” em pessoas e sociedades; no segundo, são as tensões entre autoridade e poder e entre resistência e criatividade que permitem a emergência de práticas sociais letradas. Eventos e práticas de letramentos são, dessa perspectiva, conceitos que se sobrepõem à dicotomia fala x escrita. No modelo ideológico, o letramento é concebido no âmbito de acontecimentos históricos e aspectos transculturais.

No Brasil, ainda há a prevalência de discursos sobre a chamada “aquisição da escrita”, sobre o processo de ensino e aprendizagem de leitura e escrita segundo modelo autônomo. O acesso à escrita (entendida, muitas vezes, como norma culta preconizada em práticas letradas escolares, portanto, formais) e à leitura (por exemplo, de determinadas obras, como as de cânone) seria “a” solução para desenvolvimento cognitivo e econômico tanto do indivíduo quanto do (seu) grupo social. Os destituídos dessa “tecnologia” de escrita estariam fadados ao fracasso e precisariam da tutela dos afortunados para conseguir “sobreviver” num país “letrado”. Essa “lacuna” aparece também

de maneira evidente com o advento de tecnologias de informação e comunicação. Várias são, pois, as tentativas por meio de políticas públicas e privadas de minimizar os efeitos resultantes dessas diferenças. É sabido, entretanto, com Street (2014), que práticas sociais letradas são feitas de tensões, conflitos e – por que não dizer – desafios, os quais não podem ser desfeitos de maneira unilateral.

Referências

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CORRÊA, M. L. G. As perspectivas etnográfica e discursiva no ensino da escrita: o exemplo de textos de pré-universitários. *Revista da ABRALIN*, v. Especial, p. 333-356, 2011.

CORRÊA, M. L. G. Bases teóricas para o ensino da escrita. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 13, p. 481-513, 2013.

FIAD, R. S. A escrita na universidade. *Revista da ABRALIN*, v. 2, p. 357-369, 2011.

FISCHER, A.; PELANDRÉ, N. L. Letramento acadêmico e a construção de sentido nas leituras de um gênero. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, p. 569-599, 2010.

LEA, M. R.; STREET, B. V. Student writing in higher education: an academic literacies approach. *Studies in Higher Education*, v. 23, n. 2, p. 157–172, 1998.

LEA, M. R.; STREET, B. V. The “Academic Literacies” model: theory and applications. *Theory into Practice*, v. 45, n. 4, p. 368-377, 2006.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-64.

KOMESU, F. GAMBARATO, R. R. Letramentos acadêmicos no ensino superior: aspectos verbo-visuais no processo de textualização em contexto semipresencial. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.16, n.1, p. 15-38, jan./jun. 2013.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.25, Abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01>>, acesso em 05 dez. 2014.

STREET, B. V. *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, B. V. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. Trad.: Armando Silveiro; contribuições de Adriana Fischer. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 541-567, 2010. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n2p541/18448>>, cesso em 05 dez. 2014.